

Farinha pouca... Meu pirão primeiro!



Parecem estribar-se no velho adágio as vãs tentativas de enfermeiros, e agora também fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, lançar-se sobre o bolo do exercício médico profissional. Pretendem eles, insistentemente, abocanhar uma fatia do que é exclusivo da nossa competência, o Ato Médico, configurado na qualidade de examinar clinicamente, solicitar exames complementares, perfazer um diagnóstico adequado e traçar um plano terapêutico. Não se contentam os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, a exemplo do que já ocorrera a enfermeiros, com os limites de sua própria capacidade, determinados não apenas pelas fronteiras dos seus estudos, mas também pela especificidade do médico, em matéria de prescrição. Pretendem destronar o fisiatra; algo assim como os músicos, executores diversos de uma mesma partitura, tomarem a batuta e desbancarem o maestro. E não apenas o fisiatra, mas todo um elenco de médicos especialistas seria atropelado no roldão desses arroubos inconcebíveis para uma classe profissional destinada a executar técnicas e métodos da sua área, sob orientação médica.

Fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, assim como enfermeiros e outros profissionais de Saúde não médicos, estão habilitados a cuidar de pacientes sob prescrição estritamente médica, baseada em diagnósticos clínicos efetuados por médicos, sujeita a modificações e adaptações avaliadas pelo senso clínico dos médicos. Eles podem executar uma determinada terapia, no alcance da sua competência, sob estrita indicação médica. Ou será que a Fisioterapia e a Enfermagem evoluíram como Ciências ao ombreamento pleno com a Clínica Médica, a Clínica Cirúrgica, a Psiquiatria, a Oncologia, a Nefrologia, e outros ramos da Medicina Interna? É bem acentuada a distinção entre médicos e fisioterapeutas, como bem entende também o STF, que já se manifestou sobre esse assunto, perfazendo uma jurisprudência que a própria razão prioritariamente estabeleceria. Clínicas de Fisioterapia não podem

prescindir da presença de um fisiatra, ortopedista ou traumatologista, assim como uma farmácia não pode funcionar sem um farmacêutico e esse por sua vez não pode prescrever receitas, exclusiva competência dos médicos. Não sendo assim, a balburdia se estabeleceria – enfermeiros diagnosticando, fisioterapeutas decidindo planos de terapia sem diagnóstico médico, farmacêuticos medicando, balconistas trocando impunemente as receitas... uma verdadeira Babel.

É contra essa desordem de funções, esse rompage desvairado, como se o paciente fosse uma terra de ninguém, que as entidades médicas devem se posicionar, em defesa do cidadão enfermo e em salvaguarda do Ato Médico.

Querem o direito de solicitar exames, clínicos e radiológicos, planejar e coordenar tratamentos, encaminhar pacientes a especialistas médicos, “justificando” tais absurdas pretensões com a confusa declaração “a profissão da área de Saúde tem alcançado um grande benefício para toda a sociedade”. E daí? O que se quer dizer com “profissão da área de Saúde”? O que é isto, realmente? Modernizar uma legislação não é cometer o desatino de delegar funções a profissionais destituídos do mérito competente.

O mérito é alcançado através da competente graduação. Neste caso graduação em Medicina. A única profissão competente para o cuidado integral ao paciente, do diagnóstico ao tratamento – sem qualquer preocupação, com a farinha ou com o pirão. Sem disputas por fatias ou porções. A Medicina é uma só, para ser exercida por médicos, integralmente, e por outros profissionais da Saúde, nos limites de suas destinações e competências. O que os fisioterapeutas hoje querem, não passará pelo crivo do tempo... porque não passa pelo próprio crivo da razão.

Dr. Roque Andrade é Oncologista Clínico e diretor de Marketing da Associação Médica Brasileira, e-mail: roquesas@terra.com.br